
Rio Sucuriú Energia S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rio Sucuriú Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Sucuriú Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.



Rio Sucuriú Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

Rio Sucuriú Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023		2024	2023	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	112.253	23.112	33.293	Fornecedores	482	277	541
Contas a receber de clientes (Nota 7)	8.284	12.215	14.822	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	161.198	20.027	20.027
Tributos a recuperar (Nota 8)	3.639	3.373	3.373	Salários e encargos sociais	1.182	1.071	1.354
Tributos diferidos (Nota 9)	2.209			Tributos a pagar	402	541	623
Partes relacionadas (Nota 13)	141	35	52	Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	17.643	17.355	17.524
Outros ativos	241	595	1.214	Partes relacionadas (Nota 13)	495	548	936
	126.767	39.329	52.754	Arrendamentos	327		
				Outros passivos	104	66	90
					181.833	39.884	41.095
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		144.476	144.476
Tributos a recuperar (Nota 8)	88		149	Partes relacionadas (Nota 13)	22.085		
Tributos diferidos (Nota 9)		2.612	2.612	Arrendamentos	477		
Partes relacionadas (Nota 13)			49.370		22.562	144.476	144.476
	88	2.612	52.132				
				Total do passivo	204.395	184.360	185.571
				Patrimônio líquido (Nota 15)			
Investimentos em controladas (Nota 4)		127.549		Capital social	2.000	47.412	47.412
Imobilizado (Nota 10)	73.631	73.958	129.520	Ajustes de avaliação patrimonial		11.385	11.385
Intangível (Nota 11)	17.145	19.615	29.868	Reservas de lucros	11.236	19.906	19.906
	90.864	223.734	211.520	Total do patrimônio líquido	13.236	78.703	78.703
Total do ativo	217.631	263.063	264.274	Total do passivo e patrimônio líquido	217.631	263.063	264.274

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado (a partir de 7 de fevereiro de 2023)
	2024	2023	2023
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas (Nota 15)	87.864	90.866	105.694
Custo da venda de energia elétrica (Nota 16)	(12.233)	(12.265)	(22.434)
Lucro bruto	75.631	78.601	83.260
Participação nos lucros de controladas (Nota 4)	3.519	7.667	
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(4.423)	(5.127)	(6.922)
Outros resultados operacionais, líquidos (Nota 18)	(121)	(581)	4.175
Lucro operacional	74.606	80.560	80.513
Receitas financeiras (Nota 19)	51.734	26.730	27.585
Despesas financeiras (Nota 19)	(66.694)	(47.024)	(47.026)
Resultado financeiro, líquido	(14.960)	(20.294)	(19.441)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.646	60.267	61.071
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 20)	(17.643)	(17.355)	(18.160)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)	(403)	2.612	(403)
Lucro líquido do exercício	41.600	45.524	42.508
Ações em circulação no final do exercício	11.884.563	47.411.944	47.411.944
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	3,50	0,96	0,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	Consolidado (a partir de 7 de fevereiro de 2023)
Lucro líquido do exercício	41.600	45.524	42.508
Outros componentes do resultado abrangente			
Total do resultado abrangente do exercício	41.600	45.524	42.508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2023	47.412		9.482	12.332		69.226
Distribuição de dividendos (Nota 14 (c)) (R\$260,10 por ação)				(12.332)		(12.332)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 14 (d))		11.385				11.385
Lucro líquido do exercício					45.524	45.524
Destinação do lucro líquido do exercício						
Antecipação de dividendos (Nota 14 (c)) (R\$740,10 por ação)					(35.100)	(35.100)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 14 (c (ii)))				10.424	(10.424)	
Em 31 de dezembro de 2023	47.412	11.385	9.482	10.424		78.703
Aumento de capital (Nota 14 (a))	60.000					60.000
Cisão parcial com redução de capital (Nota 14 (a))	(105.412)	(11.385)	(9.082)		(5.188)	(131.067)
Distribuição de dividendos (Nota 14 (b (ii))) (R\$877,07 por ação)				(10.424)		(10.424)
Lucro líquido do exercício					41.600	41.600
Destinação do lucro líquido do exercício						
Antecipação de dividendos (Nota 14 (c)) (R\$2.151,96 por ação)					(25.576)	(25.576)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 14 (b(ii)))				10.836	(10.836)	
Em 31 de dezembro de 2024	2.000		400	10.836		13.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	Período de 07 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.646	60.267	61.071
Ajustes de			
Depreciação (Nota 10)	3.220	2.935	6.703
Amortização (Nota 11)	2.098	2.067	4.701
Participações em sociedades controladas (Nota 4)	(3.519)	(7.667)	
(Ganho) perda de swap (Nota 12)	(15.510)	21.953	21.953
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 12)	34.535	96	96
(Ganho) de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Nota 12)	(2.349)	234	234
Receita de subvenção CCC			(4.752)
Prejuízo da alienação de intangível (Nota 11)			3
Despesa com juros de arrendamento	23		
Variações do capital circulante			
Contas a receber de clientes (Nota 7)	3.931	(212)	1.412
Tributos a recuperar (Nota 8)	(2.641)	4.098	3.966
Depósitos judiciais		498	498
Outros ativos	41	700	68
Fornecedores	290	(135)	33
Salários e encargos sociais	110	242	(21)
Partes relacionadas (Nota 13)	(159)	59	(27)
Tributos a pagar	(139)	(269)	(302)
Outros passivos	40	(128)	(2.018)
Caixa gerado nas operações	79.616	84.738	93.621
Juros pagos (Nota 12)	(4.793)	(4.535)	(4.535)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.916)	(23.698)	(24.286)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	58.907	56.505	64.800
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado (Nota 10)	(1.112)	(2.627)	(5.316)
Adições ao intangível (Nota 11)	(209)	(44)	(281)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.321)	(2.672)	(5.597)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	60.000		
Partes relacionadas	22.085		
Liquidação de swap (Nota 12)	(14.340)	(17.519)	(17.519)
Pagamento de arrendamento	(190)		
Dividendos pagos	(36.000)	(23.900)	(23.900)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	31.555	(41.419)	(41.419)
Aumento de caixa e equivalentes, líquidos	89.141	12.415	17.784
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 6)	23.112	10.698	15.509
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 6)	112.253	23.112	33.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Rio Sucuriú Energia S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”), com sede em Recife-PE, tem como objetivo a produção e a geração de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico da pequena central hidrelétrica (“PCH”) denominada Buriti, localizada entre os municípios de Paraíso das Águas - MS e Chapadão do Sul – MS, para comercialização de energia elétrica nela gerada. A Companhia é controlada pela Atiaia Energia S.A., companhia pertencente ao Grupo Cornélio Brennand e tem uma potência instalada de 30 MW.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através de sua Resolução nº 603, de 4 de novembro de 2002, autorizou a empresa BSB Energética S.A. antiga controladora da Companhia, a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH Buriti e, posteriormente, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 35, de 31 de janeiro de 2005, permitiu a transferência da autorização para a Pouso Alto Energia S.A. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, a partir de 6 de novembro de 2002. Com sede na cidade de Recife-PE, a Companhia possui filiais em Cuiabá-MT, onde localiza-se o seu Centro de Operações de Geração; e Paraíso das Águas-MS, local da implantação da PCH Buriti.

A Companhia possui licença para operação (LO nº 179/2021) a qual foi expedida em 22 de novembro de 2021 e válida até 22 de novembro de 2027, a gestão da LO é realizada pela Companhia e sua renovação inicia seis meses antes da sua data de vencimento.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A. através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2025.

1.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 22.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Cisão parcial com redução de capital

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A., através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 4, a qual faz parte de uma ampla reorganização societária do Grupo Econômico ao qual pertence, cuja finalidade é simplificar procedimentos e reduzir custos administrativos, operacionais e fiscais.

Apresentamos, abaixo, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial da Rio Sucuriú Energia S.A. que foram cindidos em 30 de dezembro de 2024:

	<u>Em 30 de dezembro de 2024</u>		<u>Em 30 de dezembro de 2024</u>
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
		Patrimônio líquido	
		Capital social	105.412
		Ajustes de avaliação patrimonial	11.385
Não circulante		Reserva de lucros	<u>14.271</u>
Investimento em controlada	131.068	Total do patrimônio líquido	<u>131.068</u>
Total de ativo	<u>131.068</u>	Total do passivo e patrimônio	<u>131.068</u>

1.4 Contrato de compra e venda de energia

A BSB Energética S.A., antiga controladora da Companhia, firmou, em 30 de junho 2004, contrato de compra e venda de energia elétrica com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS. O mencionado contrato prevê a venda mensal pela Companhia da energia gerada pela PCH Buriti, deduzidas as perdas até os pontos de entrega e o consumo próprio, até 24 de dezembro de 2026.

O preço contratado é reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP–M.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1.5 Contratos de conexão e uso do sistema de distribuição

Em 16 de junho de 2005, a Companhia firmou com a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL contratos de conexão e de uso do sistema de distribuição operado pela ENERSUL. Os mencionados contratos têm validade até a extinção da autorização para geração de energia elétrica pela Companhia ou a extinção da concessão da ENERSUL. A Companhia paga mensalmente à ENERSUL o encargo devido pelo uso do sistema de distribuição, o qual é calculado conforme determinado pela ANEEL. Durante o exercício de 2024, o montante pago pela Companhia foi de R\$ 1.377 (2023 – R\$ 1.406), na controladora, e R\$ 2.926 em 2023, no consolidado, registrado como custo da venda de energia elétrica (Nota 16).

1.6 Capital circulante líquido negativo

Em 2024, a Companhia possui excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 55.069 (2023 – R\$555), na controladora. Eventuais necessidades de recursos financeiros serão supridas pela própria geração de caixa da Companhia e, caso necessário, pelo acionista controlador. A Companhia é parte integrante do Grupo Cornélio Brennand, que mantém estrutura de capital suficiente para a continuidade de suas operações.

1.7 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

- **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1.8 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

(a) Cisão parcial com redução de capital

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A. através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.3, a qual faz parte de uma ampla reorganização societária do Grupo Econômico ao qual pertence, cuja finalidade é simplificar procedimentos e reduzir custos administrativos, operacionais e fiscais.

(b) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Como a matriz energética brasileira é composta em grande parte por geração de fonte hídrica, a geração de energia para atendimento da carga fica sujeita a variações das condições hidrológicas verificadas tanto na região geográfica em que a Companhia opera como em outras regiões do país e, consequentemente, impacta no preço na energia.

O período com maior precipitação é entre novembro e março, denominado período úmido, período em que é esperado a recuperação dos reservatórios para que tenha um atendimento confortável da carga nos demais meses do ano.

A hidrologia do período úmido de 2024 foi abaixo do histórico, não ocorrendo uma recuperação significativa. Além disso, as precipitações para o segundo semestre foram uma das piores da história apresentando uma melhora apenas em novembro e dezembro/2024. Esta melhora da hidrologia no final de 2024 trouxe um otimismo na expectativa da hidrologia para o período úmido de 2025. Diante do

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

exposto, os preços de mercado oscilaram aumentando significativamente a partir de agosto/2024, e retornando a patamares de preços baixos no final de 2024.

Em termos de funcionamento, a Companhia não é despachada centralizadamente pelo ONS e sua geração segue conforme a precipitação da hidrologia da região. Por conta da baixa precipitação de 2024, a geração ficou abaixo do esperado. Adicionalmente a esse efeito houve também um aumento no preço de mercado, o que impactou seu resultado financeiro.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada utilizam os critérios definidos na resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado porque entende que refletem os períodos durante os quais serão gerados benefícios econômicos pelos ativos.

(b) Recuperabilidade do imposto diferido

A Companhia mensura a recuperabilidade do imposto diferido através da projeção de resultados tributáveis futuros, descontados a valor presente, conforme descrito na Nota 9.

(c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(d) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

As opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

3 Gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório.

O programa de gestão de risco global da Companhia e sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo	Análise de sensibilidade	Monitoramento da taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora	
	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	482	
Partes relacionadas (Nota 13)	22.580	
Arrendamentos	804	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	171.296	
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	277	
Partes relacionadas (Nota 13)	548	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	19.798	166.189
	Consolidado	
	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	541	
Partes relacionadas (Nota 13)	936	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	19.798	166.189

(d) Risco Regulatório

As atividades da Companhia, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e sua controlada é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios de 2024 e 2023.

4 Investimentos

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A. através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.3, a qual faz parte de uma ampla reorganização societária do Grupo Econômico ao qual pertence, cuja finalidade é simplificar procedimentos e reduzir custos administrativos, operacionais e fiscais.

(a) Movimentação dos investimentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Em 1º de janeiro	127.549	
Aquisição de controlada		115.497
Participação nos lucros de controladas (a partir de 7 de fevereiro de 2023)	3.519	7.667
Dividendos distribuídos por controlada		(7.000)
Ajuste de avaliação patrimonial		11.385
Cisão parcial (Nota 1.3)	(131.068)	
Em 31 de dezembro	<u><u>127.549</u></u>	<u><u>127.549</u></u>

(b) Participação societária nos investimentos

	Milhares de ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia		
		No capital social integralizado - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Em 31 de dezembro de 2023				
Paranatinga Energia S.A.	98.857	100%	127.549	9.144

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras informações relevantes sobre os investimentos

Paranatinga Energia S.A.

A investida, com sede em Recife-PE, tem como atividade preponderante a produção e geração de energia elétrica mediante a exploração de potencial hidráulico situado no Estado do Mato Grosso. A controlada iniciou suas atividades operacionais em 12 de fevereiro de 2008 e após o início das operações passa a contar com uma potência total instalada de 29 MW.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a transferência das ações da Paranatinga Energia S.A. através de cisão parcial, para a Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.3.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	112.253	
Contas a receber de clientes (Nota 7)	8.284	
Partes relacionadas (Nota 13)	141	
	<u>120.678</u>	
Em 31 de dezembro de 2023		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	23.112	33.293
Contas a receber de clientes (Nota 7)	12.215	14.822
Partes relacionadas (Nota 13)	35	52
	<u>35.362</u>	<u>48.167</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Passivos financeiros derivativos (Nota 12)	(15.510)	
	<u>(15.510)</u>	
Em 31 de dezembro de 2023		
Passivos financeiros derivativos (Nota 12)	21.953	21.953
	<u>21.953</u>	<u>21.953</u>

(c) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	482	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	161.198	
Arrendamentos	804	
Partes relacionadas (Nota 13)	<u>22.579</u>	
	<u>185.063</u>	
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	277	541
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	159.881	159.881
Partes relacionadas (Nota 13)		<u>936</u>
	<u>160.158</u>	<u>161.358</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Recursos em banco e em caixa (i)	2.584	40	568
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	109.669	23.072	32.726
	<u>112.253</u>	<u>23.112</u>	<u>33.293</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da Administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

O aumento do saldo no exercício de 2024 refere-se, basicamente, ao aumento de capital efetuado pela controladora, no montante de R\$60.000, conforme descrito na Nota 14, e ao recebimento de mútuo de parte relacionada, no montante de R\$22.085, conforme descrito na Nota 13.

7 Contas a receber de clientes

O saldo no montante de R\$ 8.284 (2023 – R\$ 12.215), na controladora, e R\$ 14.822 em 2023, no consolidado, referem-se a valores a receber pela geração e fornecimento de energia para os clientes os quais possuem contratos de compra e venda de energia junto à Companhia e sua controlada, conforme Nota 1.4.

A Companhia e sua controlada não constituíram em 31 de dezembro de 2024 e 2023 provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em virtude de não haver histórico de perda e por conter essencialmente valores recebíveis no prazo de 90 dias.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Antecipação IRPJ	2.029	2.220	2.220
Antecipação CSLL	1.097	1.061	1.061
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	414		
CSLL a restituir	91	85	85
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a restituir	96	7	7
	<u>3.727</u>	<u>3.373</u>	<u>3.373</u>
(-) Não circulante	(88)		
Circulante	<u>3.639</u>	<u>3.373</u>	<u>3.373</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias do imposto de renda e da contribuição social desses impostos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O resultado de imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.209 (2023 – R\$ 2.612) refere-se ao resultado líquido entre adições e exclusões temporárias apuradas até o ano de 2024, que inclui um efeito de imposto de renda e contribuição social diferido passivo, principalmente, sobre ganhos de variação cambial decorrente de empréstimo em moeda estrangeira no valor de R\$ 5.902 e diferido ativo decorrente de perdas na operação de Swap de R\$ 8.111.

O saldo de R\$ 2.209 será integralmente realizado no exercício de 2025 em decorrência da liquidação da dívida, conforme descrito na Nota 12.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso (iii)	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 01 de janeiro de 2023										
Saldo inicial	1.959	38.887	32.900	86	6		73.838	343	126	74.307
Aquisições	(109)	37	5	432			365	(365)		
Transferências		775	1.418	108			2.301	326		2.627
Reclassificação (i)									(41)	(41)
Depreciação (a)		(1.262)	(1.650)	(18)	(5)		(2.935)			(2.935)
Saldo contábil, líquido	<u>1.850</u>	<u>38.437</u>	<u>32.673</u>	<u>608</u>	<u>1</u>		<u>73.569</u>	<u>304</u>	<u>85</u>	<u>73.958</u>
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo	1.850	59.704	59.894	753	326		122.527	304	85	122.916
Depreciação acumulada		(21.267)	(27.221)	(145)	(325)		(48.958)			(48.958)
Saldo contábil, líquido	<u>1.850</u>	<u>38.437</u>	<u>32.673</u>	<u>608</u>	<u>1</u>		<u>73.569</u>	<u>304</u>	<u>85</u>	<u>73.958</u>
Em 01 de janeiro de 2024										
Saldo inicial	1.850	38.437	32.673	608	1		73.569	304	85	73.958
Transferências		67	245				312	(312)		
Aquisições	3	126	919	49		971	2.068	14		2.082
Reclassificação (i)	13	381	503				897		(85)	812
Depreciação (a)		(1.290)	(1.699)	(32)	(1)	(199)	(3.220)			(3.220)
Saldo contábil, líquido	<u>1.865</u>	<u>37.721</u>	<u>32.641</u>	<u>626</u>		<u>772</u>	<u>73.625</u>	<u>6</u>		<u>73.631</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	1.865	60.278	61.561	802	326	971	125.803	6		125.809
Depreciação acumulada		(22.557)	(28.920)	(177)	(326)	(199)	(52.178)			(52.178)
Saldo contábil, líquido	<u>1.865</u>	<u>37.721</u>	<u>32.641</u>	<u>626</u>		<u>772</u>	<u>73.625</u>	<u>6</u>		<u>73.631</u>
Taxas anuais média de depreciação		2,14%	2,76%	3,94%		18,71%				

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total em operação	Obras em andamento	Adiant. a fornecedor	Total	Obrigações Especiais	Imobilizado líquido
Em 01 de janeiro de 2023											
Saldo inicial	6.407	86.004	75.394	221	21	168.047	5.432	126	173.605	(47.245)	126.361
Transferências	(109)	74	(36)	452		381	(381)				
Aquisições		1.609	1.038	112		2.759	2.557		5.316		5.316
Reclassificação (ii)			1.028			1.028		(41)	(41)		988
Depreciação (b)		(2.772)	(3.889)	(29)	(14)	(6.703)			(6.703)	3.560	(3.144)
Saldo contábil, líquido	6.298	84.915	73.535	755	7	165.512	7.607	85	173.205	(43.685)	129.520
Em 31 de dezembro de 2023											
Custo	6.298	129.716	145.974	1.237	906	284.130	7.607	85	291.822	(105.320)	186.502
Depreciação acumulada		(44.801)	(72.438)	(481)	(898)	(118.618)			(118.618)	61.635	(56.983)
Saldo contábil, líquido	6.298	84.915	73.535	755	7	165.512	7.607	85	173.205	(43.685)	129.520
Taxas anuais média de depreciação		2,14%	2,66%	2,64%	1,55%						

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(i) Reclassificação (controladora)

Em 2024, o montante de R\$ 811 (2023 – R\$460) refere-se, essencialmente, a peças para reposição, reclassificadas do estoque para o imobilizado.

(ii) Reclassificação (consolidado)

Em 2023, o montante de R\$ 988 refere-se, essencialmente, a refere-se a peças para reposição, reclassificadas do estoque para o imobilizado.

(iii) Direito de uso (controladora)

O saldo no montante de R\$ 772 refere-se ao reconhecimento do contrato de arrendamento mercantil de frota veicular e do escritório de Cuiabá, locadas para a operação da Companhia.

(a) Depreciação (controladora)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrada como custo da energia vendida no montante de R\$ 3.022 (2023 – R\$ 2.900), e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 198 (2023 - R\$ 35).

(b) Depreciação (consolidado)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi registrada como custo da energia vendida no montante de R\$ 6.662, e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 41.

11 Intangível

				Controladora
	Ágio	Ext. Outorga Lei 14.182	Licença Ambiental e Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	7.753	12.832	1.053	21.638
Reclassificação			44	44
Amortização (a)	(760)	(1.293)	(15)	(2.067)
Saldo contábil, líquido	<u>6.994</u>	<u>11.539</u>	<u>1.082</u>	<u>19.615</u>
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	19.848	14.447	1.565	35.860
Amortização acumulada	(12.854)	(2.908)	(483)	(16.245)
Saldo contábil, líquido	<u>6.994</u>	<u>11.539</u>	<u>1.082</u>	<u>19.615</u>
Em 01 de janeiro de 2024				
Saldo inicial	6.994	11.539	1.082	19.615
Aquisições			209	209
Reclassificação (i)			(580)	(580)
Amortização (a)	(760)	(1.293)	(46)	(2.098)
Saldo contábil, líquido	<u>6.234</u>	<u>10.246</u>	<u>664</u>	<u>17.145</u>
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	19.848	14.447	1.193	35.488
Amortização acumulada	(13.614)	(4.201)	(529)	(18.343)
Saldo contábil, líquido	<u>6.234</u>	<u>10.246</u>	<u>664</u>	<u>17.145</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	<u>Ágio</u>	<u>Software</u>	<u>Licença ambiental</u>	<u>Direito de uso</u>	<u>Ext. Outorga Lei 14.182</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Obrigações Especiais</u>	<u>Consolidado Intangível líquido</u>
Em 01 de janeiro 2023									
Saldo inicial	8.972		1.338	24.729	12.832	1.053	48.923	(15.825)	33.099
Transferência									
Aquisições			236			44	281		281
Baixas			(3)				(3)		(3)
Amortização (b)	(878)			(2.515)	(1.293)	(15)	(4.701)	1.192	(3.509)
Saldo contábil, líquido	<u>8.093</u>		<u>1.571</u>	<u>22.215</u>	<u>11.539</u>	<u>1.082</u>	<u>44.500</u>	<u>(14.632)</u>	<u>29.868</u>
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	22.492	4.058	1.571	49.668	14.447	1.565	93.802	(35.276)	58.526
Amortização acumulada	(14.399)	(4.058)		(27.454)	(2.908)	(483)	(49.301)	20.644	(28.658)
Saldo contábil, líquido	<u>8.093</u>		<u>1.571</u>	<u>22.215</u>	<u>11.539</u>	<u>1.082</u>	<u>44.500</u>	<u>(14.632)</u>	<u>29.868</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(a) Amortização (controladora)

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrada como custo da energia vendida no montante de R\$ 1.298 (2023 – R\$ 1.292) e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 800 (2023 – R\$ 775).

(b) Amortização (consolidado)

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi registrada como custo da energia vendida no montante de R\$ 3.807, e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 894.

(i) Reclassificação (controladora)

Em 2024, o montante R\$(580) refere-se a ajuste de classificação entre imobilizado e intangível.

12 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Banco do Brasil	178.557	152.011	152.011
Provisão para perda com operações de Swap	(17.359)	12.491	12.491
	161.198	164.503	164.503
(-) Circulante	(161.198)	(20.027)	(20.027)
Não circulante		144.476	144.476

Em 31 de dezembro de 2024, a posição de empréstimo e financiamento da Companhia se refere ao valor atualizado da liberação financeira de R\$150 milhões, em 27 de julho de 2022, através de operação no mercado externo (Lei 4.131), com proteção cambial, através de operação de swap, com incidência de juros de CDI + 1,98%. Os juros são liquidados semestralmente e o principal da dívida será liquidado em 25 de julho de 2025, em parcela única.

A Companhia monitora e acompanha as cláusulas restritivas do contrato de financiamento está regular com todas suas obrigações em 31 de dezembro de 2024

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Em 1º de janeiro	164.503	165.079	165.079
(Ganho) ou perda de swap (Nota 19)i	(15.510)	21.953	21.953
Juros incorridos (Nota 19)	5.838	5.275	5.275
Valor justo (Nota 19)	(2.349)	234	234
Pagamento de imposto de renda	(848)	(806)	(806)
Pagamento de juros	(4.793)	(4.535)	(4.535)
Variação cambial (Nota 19)	28.698	(5.178)	(5.178)
Liquidação swap	(14.340)	(17.519)	(17.519)
Em 31 de dezembro	161.198	164.503	164.503

13 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Atiaia Energia S.A., com 100% das ações.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Honorários da diretoria	81	133	208

(ii) Mútuos entre empresas

	Controladora	Consolidado
	Passivo não circulante	Ativo não circulante
	2024	2023
Rio Verde Energia S.A. (a)	22.085	
Atiaia Energia S.A. (b)		49.370
	22.085	49.370

(a) O saldo do mútuo não sofre atualização e não tem prazo de vencimento.

(b) No exercício de 2024, a Atiaia Energia S.A., controladora da Companhia, realizou a liquidação da operação de mútuo com a Paranatinga Energia S.A., antiga controlada da Rio Sucuriú Energia S.A.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(iii) Outras transações

	Controladora				Consolidado	
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante	Passivo circulante
	2024	2023	2024	2023	2023	2023
Atiaia Energia S.A.	135	12	410	398	23	703
Ical Vidros S.A.	5	11	55	137	18	213
Rio Verde Energia S.A.		7			7	
Cia Agrícola e Industrial São João			6	11		11
Ical Participações S.A.			16			
Ical Agropecuária S.A.			7			
Outros		4	1	2	4	9
	<u>141</u>	<u>35</u>	<u>495</u>	<u>548</u>	<u>52</u>	<u>936</u>

Outras transações referem-se, em sua maioria, a reembolsos e rateio das despesas administrativas-ordinárias de pessoal com as demais empresas do Grupo de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos em laudo técnico elaborado por empresa especializada.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social no montante de R\$2.000 (2023 – 47.412) é composto de 11.884.563 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, possuídas pela Atiaia Energia S.A.

Em 24 de dezembro de 2024, foi realizado aumento no capital social na Companhia no valor de R\$ 60.000,00, capitalizado em moeda corrente, sem emissão de novas ações.

Em 30 de dezembro de 2024, o capital social sofreu uma redução de R\$105.412, conforme descrito na Nota 1.3, com o conseqüente cancelamento de 35.527.381 (trinta e cinco milhões, quinhentas e vinte e sete mil, trezentas e oitenta e uma) ações ordinárias.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Em 30 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal sofreu uma redução de R\$9.082, em virtude de a Companhia ter sofrido uma cisão parcial com redução de capital, conforme descrito na Nota 1.3.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não constituiu reserva legal sobre o lucro líquido, em virtude de o seu saldo total já ter atingido 20% do capital social em exercícios anteriores.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$400 (2023 – R\$ 9.482).

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(ii) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal, destinação do dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através do ato societário. Durante o exercício de 2024, a Administração da Companhia distribuiu dividendos adicionais no montante de R\$ 10.424 e destinou para retenção de lucros o montante de R\$ 10.836 (2023 – R\$ 10.424).

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 50%, conforme disposto no artigo 202 da lei das sociedades por ações.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	41.600	45.524
Lucro distribuível - 50%	<u>20.800</u>	<u>22.762</u>
Antecipação de dividendos (i)	(25.576)	(35.100)
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não declarou dividendos mínimos obrigatórios por ter antecipado tais dividendos ao longo destes exercícios.

(i) Antecipação de dividendos

No exercício de 2024, a Companhia realizou antecipações de dividendos, conforme deliberado em atos societários de 08 de abril de 2024, em que autorizou a distribuição de R\$19.576; e de 15 de outubro de 2024, em que autorizou a distribuição de R\$6.000.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito dos ganhos ou perdas na aquisição de participação em controlada.

No exercício de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.385 referente ao ganho na compra de investimento na controlada Paranatinga Energia S.A.

Detalhamento da operação segue abaixo:

	<u>2023</u>
Preço de aquisição	(115.497)
Patrimônio líquido a partir de 1º de janeiro de 2023	128.416
Ajustes de avaliação patrimonial sobre distribuição de dividendos	<u>(1.534)</u>
	<u><u>11.385</u></u>

Em 30 de dezembro de 2024, a conta de ajustes de avaliação patrimonial sofreu uma redução de R\$ 11.385, em virtude de a Companhia ter sofrido uma cisão parcial com redução do patrimônio líquido, conforme descrito na Nota 1.3.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

15 Receita líquida de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	Período de 07 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Receita bruta de vendas	96.819	100.128	115.683
Impostos incidentes sobre vendas	(8.956)	(9.262)	(9.989)
	<u>87.864</u>	<u>90.866</u>	<u>105.694</u>

16 Custo da venda de energia elétrica

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	Período de 07 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Depreciação (Nota 10)	3.022	2.900	6.662
Amortização (Nota 11)	1.298	1.293	3.808
Salários e encargos sociais	3.988	4.108	5.352
Custo do uso do sistema de distribuição	1.377	1.406	2.926
Prestação de serviços de terceiros	825	899	1.454
Assistência médica e seguros	418	415	784
Locação de bens, imóveis e veículos	289	329	450
Viagens e combustíveis	209	161	275
Impostos e taxas	128	118	227
Outros custos	679	637	1.538
	<u>12.233</u>	<u>12.265</u>	<u>22.434</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	Período de 07 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Salários e encargos sociais	1.345	1.915	2.746
Depreciação (Nota 10)	198	162	41
Amortização (Nota 11)	800	760	894
Prestação de serviços de terceiros	739	817	1.325
Donativos e brindes	751	743	743
Assistência médica e seguros	157	170	265
Locação de bens, imóveis e veículos	24	176	222
Outros	410	384	366
	<u>4.423</u>	<u>5.127</u>	<u>6.922</u>

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

18 Outros resultados operacionais, líquidos

	Consolidado
	Consolidado (a partir de 7 de fevereiro de 2023)
Subvenção da CCC (i)	4.356
Recuperação de despesas	433
Outras receitas	33
Outras receitas operacionais	4.822
Baixa de depósitos judiciais	(531)
Outras despesas	(116)
Outras despesas operacionais	(647)
Outros resultados operacionais, líquidas	4.175

- (i) O valor refere-se ao reconhecimento da receita de subvenção da conta consumo de combustíveis - CCC no montante de R\$ 4.356.

19 Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	Período de 07 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023
Receita com variação cambial (Nota 12)	4.970	10.457	10.457
Ganho com operação SWAP (Nota 12)	39.688	8.878	8.878
Receita com valor justo operação SWAP (Nota 12)	5.243	5.301	5.301
Rendimentos de aplicação financeira	1.817	1.454	2.308
Outras receitas financeiras	16	640	640
Receitas financeiras	51.734	26.730	27.585
Perda com operação SWAP (Nota 12)	(24.177)	(30.831)	(30.831)
Despesa com valor justo operação SWAP (Nota 12)	(2.895)	(5.536)	(5.536)
Juros de financiamento (Nota 12)	(5.838)	(5.275)	(5.275)
Despesa com variação cambial (Nota 12)	(33.667)	(5.278)	(5.278)
Outras despesas financeiras	(117)	(104)	(105)
Despesas financeiras	(66.694)	(47.024)	(47.026)
Despesas financeiras, líquidas	(14.960)	(20.294)	(19.441)

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

20 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo lucro real

	Controladora	
	2024	2023
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	59.646	60.267
Adições Temporárias	58.571	52.065
Provisões Indedutíveis	716	15.359
Variação Cambial Passiva (Nota 19)	33.667	5.278
Provisão Programa Participação nos Resultados - PPR		597
Despesa com operação de SWAP (Nota 19)	24.177	30.831
Outras adições exclusivas da IRPJ	10	
Adições Permanentes	6.323	14.180
Encargos de depreciação objeto de arrendamento mercantil	193	
Despesas financeiros de objeto de arrendamento mercantil	23	
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.625	
Outras Despesas Não Dedutíveis	4.483	7.082
Outras Despesas Não Dedutíveis - Exclusivamente IRPJ		7.098
Total das Adições	64.894	66.245
Exclusões Temporárias	59.759	85.729
Reversão de provisão	15.032	
Variação Cambial Ativa (Nota 19)	4.970	10.457
Receita com Operações SWAP(Nota 19)	39.688	8.878
Outras exclusões exclusivas da CSLL	70	33.235
Outras exclusões exclusivas da IRPJ		33.159
Exclusões Permanentes	10.579	13.608
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	5.144	
Outras Receitas Não Tributáveis	5.435	13.608
Total das Exclusões	70.337	99.337
Lucro Real base para CSLL	54.192	53.235
(-) Compensações com Prejuízo Fiscal (30%)	-	-
Lucro Real após compensação Prejuízo Fiscal	54.192	53.235
CSLL 9%	4.877	4.791
Lucro Real base para IRPJ	54.272	53.327
(-) Compensações com Prejuízo Fiscal (30%)		
Lucro Real após compensação Prejuízo Fiscal	54.272	53.327
IRPJ 15%	8.141	7.999
IRPJ Adicional 10%	5.400	5.309
IRPJ antes deduções	13.541	13.308
(-) Dedução líc. matern. ou patern. (empresa cidadã)	(0)	
(-) PAT (4%)	(26)	
(-) Doações incentivadas	(750)	(744)
(-) Incentivo IRPJ - lucro da exploração		
Total Deduções		
IRPJ do Exercício após deduções	12.765	12.564
Carga Tributária IRPJ e CSLL corrente	17.643	17.355
IR/CSL Diferido sobre diferenças temporárias	403	(2.612)
Carga Tributária Total IR/CSLL	18.046	14.743

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo lucro presumido

	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas	19.911
Presunção 8% - Imposto de renda	1.593
Presunção 12% - Contribuição social	2.389
Demais receitas e ganhos de capital	631
Imposto de renda - Presumido	
Imposto de renda: 15%	334
Adicional: 10%	<u>201</u>
Imposto de renda - Total	534
Contribuição social sobre lucro líquido - Presumido	
Contribuição social: 9%	<u>272</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	<u><u>806</u></u>

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Carga Tributária IR/CSLL Consolidado	<u>18.046</u>	<u>15.639</u>

21 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas, em conjunto com outras empresas do Grupo Cornélio Brennand, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía, em conjunto com outras empresas do Grupo Cornélio Brennand, apólice de seguro de Risco Operacional contratada com terceiros, com as seguintes coberturas:

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Coberturas	Limite Máximo de Indenização (LMI)
Danos materiais	86.894
Quebra de máquinas	15.000
Danos elétricos	15.000
Alagamento e inundação	15.000
Despesas extraordinárias*	2.000
Pequenas obras de engenharia*	5.000
Honorários de peritos*	1.000
Erros e omissões *	5.000
Despesas de salvamento e contenção de sinistros *	5.000
Remoção de entulho*	5.000
Demolição e aumento no custo da construção*	2.000
Afretamento de aeronaves*	500
Linha de Transmissão	3.000

*Previsto pagamento de franquia equivalente a 15% dos prejuízos, com o valor mínimo de R\$ 1.000, exceto itens destacados com asterisco cuja franquia possui condições específicas.

A Companhia e sua controlada possuem também cobertura de seguros para Lucros Cessantes, com Limite máximo de Indenização de R\$ 71.254 e Seguro de Responsabilidade Civil com LMI de R\$ 15.000.

22 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

22.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

22.2 Ativos e passivos financeiros

22.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

22.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

22.4 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

22.5 Intangível

(a) Ágio

Representado pelo ágio pago pela Rio Sucuriú Energia S.A. na aquisição da participação acionária da Pouso Alto Energia S.A. (antiga denominação da Companhia), fundamentado por perspectiva de rentabilidade futura e foi originado em combinação de negócio que ocorreu antes da transição para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil (novos CPCs). O ágio é amortizado pelo prazo remanescente do direito à autorização.

(b) Extensão de outorga

Ao estender o prazo de concessão ou autorização das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão ou autorização, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei. No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020. Os resultados de extensão do prazo de autorização para a Companhia foram de 54 dias.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Como o cálculo prévio publicado em outubro de 2020 não considerava todos os parâmetros dados pela Resolução, o registro contábil decorrente da repactuação ocorreu apenas no exercício de 2021, a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, com o registro de acréscimo no ativo intangível e redução do custo de energia elétrica, no resultado. O intangível é amortizado pelo prazo de autorização da usina.

(c) Licença ambiental

Os valores despendidos para a obtenção da renovação da licença de operação são registrados no ativo intangível e são amortizados pelo prazo da concessão, quando a renovação é efetuada.

22.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A Administração da Companhia entende que as vidas úteis definidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas para os seus ativos mais representativos da Companhia são apresentadas a seguir:

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	Taxas anuais de depreciação - %
Casa de Força – Produção hidráulica	2,00
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,33
Reservatório, barragem e adutora	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Chave tensão igual ou superior a 69 Kv	3,33
Chave tensão igual ou inferior a 69 Kv	6,67
Disjuntor	3,03
Estrutura em LT – Torre	2,70
Reator	2,78
Sistema de aterramento	3,03
Transformador de força	2,86
Transformador de corrente/potencial igual ou superior a 69 Kv	3,33
Transformador de corrente/potencial igual ou inferior a 69 Kv	4,35
Transformador de potencial capacitivo ou resistivo	3,33
Para-raios	4,17
Administração central	
Equipamentos gerais	16,00
Veículos	14,29

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

22.7 Obrigações especiais

Os valores recebidos de sub-rogação de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC foram contabilizados como obrigações especiais e são apropriados ao resultado de acordo com a média de depreciação dos bens investidos no projeto aprovado pela ANEEL para construção da PCH.

22.8 Direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

22.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A companhia não realiza operação de risco sacado com fornecedor.

22.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

22.11 Arrendamentos

A Companhia aluga veículos para a sua para a sua operação. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos.

A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, utilizando a taxa de desconto a intrínseca ao contrato que é IPCA de jan/24 (4%).

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber.

22.12 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

22.13 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento da receita pela comercialização de energia elétrica ocorre em um determinado período de acordo com o cumprimento das obrigações de performance previstas nos contratos.

22.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

22.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

22.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

22.17 Alterações de normas novas que ainda não entraram em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Rio Sucuriú Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *